**ANEXO**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO

DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO EM BIOMA ESPECÍFICO OU NA ZONA COSTEIRA

Declaro para os devidos fins que a organização não-governamental ambientalista \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_, com domicílio fiscal localizado no endereço\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada neste ato por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e RG nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, tem atuação no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_[*indicar o bioma de atuação ou zona costeira e marinha*] há pelo menos \_\_\_\_\_\_\_\_ anos [*indicar o tempo de atuação*]. Reconheço que as informações prestadas são de caráter declaratório e os documentos eventualmente apresentados são de inteira responsabilidade do declarante, que estará sujeito à pena prevista no art. 299[[1]](https://sei.mma.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_documento=2080509&arvore=1&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000330&infra_hash=38304299f4cc95ccdc8523d5dbcef3fb087a256d643ce473047e2df1bdffa6fb" \l "footer_AeJz3SbyWbJ3APRs" \t "_blank) do Código Penal Brasileiro (Crime de Falsidade Ideológica).

Local, Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Representante

Nome da Entidade Ambientalista

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[[1]](https://sei.mma.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=procedimento_visualizar&id_documento=2076105&arvore=1&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000005&infra_hash=17dee2e58bf2b236e89c567ff8c46173322bf08691d9108d8d5817da5645d3f4" \l "item_AeJz3SbyWbJ3APRs" \t "_blank) Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.